

O debate da AIDS e das trans no serviço social

*Raul Victor Isidio Silva**

*Fernando Guimarães Oliveira da Silva***

Resumo

Objetivamos entender como ocorrem os processos de in/exclusão junto aos direitos sociais existentes para mulheres trans, permitindo dar visibilidade política para elas e suas demandas. Utilizamos de uma abordagem qualitativa de pesquisa com os recursos exploratórios de descrição e do Estado da Arte para ter condições de verificar as produções acadêmicas em Serviço Social frente ao tema. Concluimos com um estudo de caso junto a uma Organização da Sociedade Civil (OSC), denominada de Associação Três-Lagoense de Gays, Lésbicas e Travestis (ATGLT). Dos resultados, destacamos as ações realizadas pela ATGLT, pautadas no respeito e compromisso ético, promoção de processos de empoderamento.

PALAVRAS-CHAVE: AIDS; MULHERES TRANS; SERVIÇO SOCIAL.

Debate on AIDS and trans in social work

Abstract

We aim to understand how the processes of in/exclusion with existing social rights for trans women occur, allowing to give political visibility to them and their demands. We use a qualitative research approach with the exploratory resources of description and the State of Art to be able to verify the academic productions in Social Work facing the theme. We conclude with a case study with a Civil Society Organization (CSO), called the Três-Lagoense Association of Gays, Lesbians and Transvestites (ATGLT). From the results, we highlight the actions taken by ATGLT, based on respect and ethical commitment, promotion of empowerment processes.

KEYWORDS: AIDS; WOMEN TRANS; SOCIAL SERVICE.

El debate sobre el AIDS y las mujeres trans en el trabajo social

Resumen

Nuestro objetivo es comprender cómo se producen los procesos de inclusión / exclusión con los derechos sociales existentes para las mujeres trans, lo que les permite darles visibilidad política y sus demandas. Utilizamos un enfoque de investigación cualitativa con los recursos exploratorios de descripción y el Estado del Arte para poder verificar las producciones académicas en Trabajo Social que enfrentan el tema. Concluimos con un estudio de caso con una Organización de la Sociedad Civil (OSC), llamada Asociación Três-Lagoense de Gays, Lesbianas y Travestis (ATGLT). De los resultados, destacamos

* Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas de Três Lagoas/MS (AEMS). Assistente Social do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora de Três Lagoas/MS.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3038-9304>

E-mail: raulvictor1601@gmail.com

**Professor do Programa de Pós-graduação, nível de mestrado, em Educação e do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Coordenador do Núcleo de Educação Antirracista da UEMS.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>

E-mail: fernando.oliveira@uems.br

las acciones tomadas por ATGLT, basadas en el respeto y el compromiso ético, la promoción de procesos de empoderamiento.

PALABRAS CLAVE: SIDA; MUJERES TRANS; SERVICIO SOCIAL.

Introdução

Não é uma tarefa fácil simplificar a compreensão, de modo bastante enfático, das diferentes situações de vulnerabilidades violentas e complexas como as de mulheres trans, cujas experiências, contextos e memórias de existência se tornam mais e mais invisíveis para as políticas sociais e públicas. Mais difícil ainda é tentar encontrar o ponto de generalização por que estas vidas passam, a fim de coletivizá-las a favor da criação de ações que ofereçam a atenção necessária que precisam em áreas como a saúde, justiça, previdência social etc.

Se para você, leitor/a, não é fácil identificar quem são as mulheres trans, faremos uma breve caracterização. Biologicamente, nós nascemos com um sexo de macho ou de fêmea; porém, as experiências de gênero que nossos corpos construirão, não são necessariamente as mesmas atribuídas ao nascer. Tornamo-nos homens e mulheres, com isso, as pessoas podem tanto se sentir bem com estas determinações, quanto não podem. Aquelas que não se sentem bem fazem uma série de mudanças em seus corpos para se construírem como pertencentes ao gênero oposto ao que lhe foi atribuído/determinado. É o caso das mulheres trans (travestis e transexuais), que têm seus corpos de macho, mas o gênero feminino. Elas fazem ou não cirurgias de transgenitalização (Bento, 2006). Podemos caracterizá-las, segundo Fernando Silva e Eliane Maio (2017) como transfemininas, porque têm uma feminilidade peculiar.

Ou também utilizar o conceito de “universo trans” dos estudos antropológicos de Marcos Benedetti (2006) para caracterizar experimentações no campo do gênero; segundo o autor:

O “universo trans” é, portanto, uma tentativa de nomear e classificar processos de transformações do gênero que se expressam, sobretudo, através de práticas, uso e formas corporais distintas daquelas hegemônicas. Nesse universo, o corpo é o ator e o cenário onde as transformações se desenvolvem e adquirem sentidos (Benedetti, 2006, p.147).

Feita a pausa para identificá-las, sigamos com a análise. Assim como acontece com outros grupos, a dificuldade em coletivizar as necessidades básicas e sociais de mulheres trans é um reflexo do modo como a sociedade tolera suas existências, o que nos leva a problematizar que não são criados indicadores sociais para mensurar como estão satisfeitas suas necessidades. Não acontece porque preconceitos, medos e ódios orientam diferentes formas de violências. No nível simbólico, isso tem adquirido mais força. Foi uma tarefa a que nos dedicamos com este estudo. Ele fez parte de pesquisa realizada para conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social, em 2016, do primeiro autor sob orientação do segundo autor e co-orientação da terceira autora. Trazemos preocupações com a questão social de mulheres trans que convivem com o HIV/AIDS.

Caracterizamos a situação das mulheres trans como uma questão social(1), porque entendemos que a dinâmica dos processos de estigmatização que conduzem suas vidas é permeada de desafios que culminam em situações de vulnerabilidades. São riscos sociais que trazem dimensões de sofrimento e afetam a condição de cidadania. Suas vidas experimentam um processo duplo de vulnerabilidade: um porque a questão das trans é

silenciada nas diferentes políticas públicas, e outro porque a questão da AIDS é associada a preconceitos socioculturais.

Nossa investigação emaranha-se por perspectivas ligadas às teorizações do Serviço Social que vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos estudos de gênero e sexualidades. Em especial, por possibilidades de discussões científicas abertas à novidade que os corpos transgressores trazem para área. Aberturas que se mostram vinculadas à criatividade de produzir discussões capazes de questionar verdades que se apresentam como absolutas e totais. Evidentemente, a única certeza que produzimos é que novas incertezas estarão disponíveis no universo tenso em que as pesquisas na área da identidade, gêneros e sexualidades têm trazido alternativas de pensamento para diferentes campos de investigação.

Adotamos uma análise comprometida com a promoção de rupturas nos campos das certezas e com a provocação de estatutos de verdade por meio de intensas conversas com o transitório, provisório e incerto. Apesar das pesquisas na área do Serviço Social (e também em outras) se enamorarem por perspectivas que têm respostas e itinerários seguros para se caminhar, ainda consideramos importante direções inconclusivas.

Para produzir o que queremos, a metodologia adotada apoiou-se no levantamento bibliográfico por meio de recursos exploratórios e descritivos da bibliografia eleita (Gil, 2007) para analisar a questão do histórico da AIDS atravessada pela condição estigmatizante de mulheres trans no Brasil. Com o resultado destas discussões, suspeitamos de visões potencialmente unidirecionais sobre o público de lésbicas, gays, bissexuais e trans + (LGBT+). Resolvemos, então, procurar discussões com o enfoque do Estado da Arte para levantar pontos que causassem a retomada da direção e inverter o risco de fortalecer a ideia de que pessoas LGBT+ seriam públicos de risco da AIDS. De acordo com Norma Ferreira (2002, p. 258), o Estado da Arte propõe conhecer a investigação acadêmica em diferentes campos do conhecimento para compreender “de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”. Nesse entendimento, atentamo-nos apenas para dissertações e teses.

Nos resultados analíticos da literatura, encontramos junto a uma Organização da sociedade civil (OSC) uma preocupação intensa com a questão da inclusão de pessoas LGBT+ e suas contestações e resistências como fuga da ordem heterossexual. É o caso da Associação Três-Lagoense de Gays, Lésbicas e Travestis (ATGLT), sem fins lucrativos, formada por profissionais de diferentes áreas e que representam pessoas LGBT+ e as demandas provenientes delas. Devido à posição que a associação ocupa sobre o assunto a nível local, nossa discussão focou-se em pesquisar como a unidade atua junto nos espaços de mobilização, execução e ampliação de direitos de mulheres trans que convivem em situações de riscos e vulnerabilidades sociais relacionadas às suas identidades de gêneros transgressoras e à questão da AIDS.



Pontos e contrapontos da AIDS em experiências trans

No que se refere aos estudos relacionados à AIDS, no Brasil, é possível frisar que eles têm apontado que o auge da doença se deu nos anos 80, mais especificamente em São Paulo. No entanto, a possibilidade de que a doença já tivesse atingido outras pessoas em outros Estados foram propostas por pesquisadores como Agnes Pinto *et al* (2007) e Patrícia Sousa *et al* (2012) ao indicarem, ainda, a impossibilidade de se definir uma origem em

termos territoriais e geográficos. Atualmente, as/os pesquisadores/as assinalam que o surgimento da AIDS não é questão central aos estudos de saúde coletiva e de outras políticas públicas, mas sim as formas de enfrentamento.

Mesmo com esta afirmativa, consideramos que tais estudos asseguram entender os processos histórico-culturais que definiram alguns grupos como populações de risco da doença e isentaram outros disso. Principalmente porque naquele período citado pelos/as autores/as, as investigações direcionavam/concentravam atenção especial a estes grupos e não a outros, o que poderia (ou pode ainda) fixar identidades sociais demarcadas por estigmas. O que é bom destacar é que pesquisas que enfocam a relação entre LGBT+ e AIDS, em perspectivas teóricas dos estudos de gêneros e sexualidades, recebem a atenção de diferentes campos teóricos: saúde coletiva, ciências sociais, educação e outras que se responsabilizam por entender essas questões.

Paralelamente aos estudos sobre HIV/AIDS, as questões movimentadas por grupos LGBT+ passaram a ser compreendidas, a partir das décadas de 90, como um terreno fértil para discussões no âmbito dos direitos sociais, civis e políticos. Por reter diferentes grupos fadados à anormalidade, à transgressão das regras e normatividades sexuais e de gêneros, tais questões representaram um local de manifestações, contestações e lutas diversas em torno do poder de se definir e não mais ser compreendida como desvios de sexualidade ou por vieses patológicos (Pelúcio; Miskolci, 2009).

A AIDS e as pautas referentes às pessoas LGBT+ assumem territórios bastante tensos e complexos, sobretudo no que se refere aos preconceitos advindos de uma sociedade em que regras morais criam os centros e as margens das normas. Orienta-se, com isso, o modo como as pessoas deveriam ser num culto extremo às práticas de normalidade. Situação possível de ser vista, com efeito, no surgimento da AIDS associada aos denominados “grupos de risco” (Pinto *et al.*, 2007). Nesse contexto, propagava-se a falsa ideia de que a infecção pelo vírus do HIV ocorreria somente em grupos desfavorecidos, com o que deveriam ser isolados para proteção da própria sociedade. Na construção social e histórica da epidemia da AIDS, por exemplo, as primeiras discussões acerca do seu controle estiveram voltadas para a identificação dos grupos de risco, um conceito que entrou em decadência por resultar na estigmatização de pessoas, tais como os LGBT+ (Sousa *et al.*, 2012).

Desconstruir o conceito de grupos de riscos, devido à leitura preconceituosa e estigmatizante que trazia, instituiu na área da saúde a questão do comportamento de riscos como forma de ampliar o entendimento de que qualquer pessoa poderia ser afetada pela AIDS. Também visava diminuir a discriminação e culpabilização da pessoa que convivía com a doença. Segundo o Departamento de DST/AIDS e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (Brasil, 1999), considera-se comportamento de risco as ações individuais que tendem a intensificar a disseminação da AIDS, como: prática de relação sexual com pessoa infectada sem o uso de preservativos; compartilhamento de seringas e agulhas no uso de drogas injetáveis e reutilização de objetos perfuro cortantes com presença de sangue ou fluidos contaminados pelo HIV.

Para confrontar tal conceito, Sousa *et al.* (2012) explicam que ele continua a induzir a suposta culpabilização e responsabilização da população pelos insucessos diante da prevenção da doença. Para os/as autores/as, os dois conceitos mencionados resultaram em estratégias discriminatórias de prevenção, que posteriormente mostraram-se inadequadas e insuficientes para o enfrentamento da doença. Na década de 90, Jhonatan Mann e sua equipe introduziram o conceito de vulnerabilidade para tentar explicar sobre os aspectos individuais, coletivos e contextuais que influem na iminência à infecção e ao adoecimento pela AIDS. Nesse sentido, ao se analisar um “comportamento de risco” presente em um

determinado território, torna-se necessário considerar os diferentes contextos (culturais, sociais, sexuais, econômicos, educacionais e etc.) relacionados à doença, os quais permeiam as relações cotidianas das pessoas.

Para isso, Richard Parker e Kenneth Camargo Jr. (2000) afirmam que:

É de esperar, portanto, que tais disparidades – e os vários Brasis que elas delimitam – reflitam-se também na forma como o HIV se propaga em nossa população. Dito de outra forma, estas diferentes características conformariam populações diferentes, ainda que em mesmo território, com variações quanto à probabilidade de que seus componentes viessem a infectar-se pelo HIV, configurando, portanto, diferentes vulnerabilidades à infecção pelo HIV e, por conseguinte, à AIDS (Parker; Camargo Jr., 2000, p. 90).

Por ter sua origem em um período de efervescência das discussões a respeito dos papéis sexuais e das identidades de gênero, a AIDS fora vista durante muito tempo, segundo Sousa *et al.* (2012), como o “câncer gay”, representando um dos primeiros modos de expressão da homofobia no Brasil e em vários outros países, intensificando, mais ainda, a discriminação e o estigma de pessoas que vivem com a doença, principalmente se LGBTQ+.

Diante dos contextos indicados pelos autores para compreender a doença como uma vulnerabilidade em saúde, comparecem como público mais atingido sujeitos com sexualidades dissidentes da heterossexual, não porque compõem a população mais afetada pela doença, mas por já conviverem em situação de risco à violência e discriminação devido ao seu modo de ser. Desse modo, não só as travestis como as demais categorias LGBTQ+ foram arbitrariamente padronizadas como disseminadoras da doença.

Desvincular o conceito de grupos e comportamentos de riscos esteve presente nos estudos sobre a AIDS. Agora, com o entendimento de vulnerabilidade, estar suscetível à doença envolve outros fatores. Segundo Sousa *et al.* (2012), o conceito de vulnerabilidade possibilita reconhecer diferentes contextos referentes à epidemia do HIV/AIDS. Isso favorece o empoderamento de grupos vulneráveis, como no caso da população travesti, reconhecida como pessoas que convivem potencialmente com situações vulneradoras pela condição de desassistida da agenda das políticas públicas e sociais (Silva, 2016). “Estar vulnerável”, agora, permite-nos compreender a dinâmica individual das pessoas e os aspectos de como experimentam políticas sociais ofertadas pelo Estado para prevenir e oferecer condições das pessoas terem autonomia para não adquirir a doença. Observamos, com este conceito, a desresponsabilização única do sujeito, para entender um conjunto complexo que pode culminar na iminência de riscos.

O poder de definir quem é o público potencial para AIDS é envolvido por uma rede de saberes e significados que inscreveu em princípios morais e religiosos a densa gama de preconceitos e estigmas que acompanha pessoas assimetricamente situadas em relação ao poder (Silva, 2016). Em suma, identidades sociais em fuga da normatividade hétero são exemplos de existência que se enquadram no discurso da doença que carrega marcas culturais que adquirem significados sobre as relações sociais e desqualificam essas pessoas para o acesso aos bens e serviços. Ainda vale salientar que esse entendimento traçado sobre o estigma da AIDS em experiências trans está distante do conjunto de possibilidades de produção da equidade em diferentes políticas públicas, o que intensifica a vulnerabilidade.

A Política Nacional de DST/AIDS (Brasil, 1999) entende que o momento em que vivemos está na terceira fase da epidemia. Essa leitura adiciona à vulnerabilidade uma série de fatores que podem tornar as pessoas suscetíveis aos riscos de infecção da doença.

Tal política infere que os públicos propensos são: “[...] os heterossexuais, principalmente mulheres”, entre os quais se observa “um aumento percentual entre as pessoas de baixa escolaridade [...]” (Brasil, 1999, p. 10). O entendimento que a política tem de vulnerabilidade inclui aspectos de ordem social, político, cultural e econômica tanto em práticas de redução de danos no âmbito preventivo como também curativo – de pessoas que já convivem com a doença. Não considera particularmente a condição de pessoas não heterossexuais como vinculada à doença, mas propõe que todos/as estamos suscetíveis, havendo estudos que simplificam alguns grupos como mais vulneráveis.

No âmbito dos estudos sobre experiências trans, sabemos que as possibilidades para se conviver em padrões equânimes com outras pessoas ditas “normais” são reduzidas pela visão preconceituosa que se criou nas relações sociais e culturais a respeito do dispositivo de sexualidade(2). Compreendemos que, nos diferentes espaços em que elas se fazem sujeitos sociais, as pesquisas desenvolvidas mais mostram sofrimentos, condições de vidas degradantes e resistentes, que eventos que discutem melhores protagonismos de vida para elas. Vivem assujeitamentos para resistir a processos de estigmatização que as culpabilizam pelo desvio feito da norma hétero; com isso, intensificam-se diferentes formas de vulnerabilidades em campos variados da existência humana (saúde, educação, assistência social, justiça etc.). Evidentemente, “Em relação às travestis, é preciso considerar que antes da AIDS não se tinham políticas públicas não punitivas que as contemplassem, uma vez que suas vidas eram tomadas como desimportantes” (Pelúcio, 2011, p. 82).

A direção tomada por Larissa Pelúcio (2011), por meio de uma pesquisa antropológica com apontamentos etnográficos, lançou luz sobre como alguns demarcadores sociais que atravessam vidas de travestis pesquisadas relacionam-se com o adoecimento decorrente da AIDS. A autora imergiu em subjetividades que trouxeram traços de gênero, geração, classe e raça. Esses traços oportunizaram criar estratégias de resistências às condições desiguais como os processos de estigmatização que tornavam as trans reféns de fobias. Fobias que se naturalizavam em formas de violências direcionadas às trans, fortalecendo pensamentos hegemônicos de que elas são vidas ilegítimas e ininteligíveis. Quando a autora propõe uma interrelação entre a AIDS e a questão das práticas direcionadas aos comportamentos sexuais considerados de riscos e vulnerabilidade, afirma que a associação da doença com situações vinculadas ao que não é considerado heterossexual trouxe pânico moral à população.

Entretanto, as políticas públicas de saúde direcionadas às travestis intensificam as formas de submissão deste grupo aos ditames do conhecimento patológico, o que leva Pelúcio (2011) a afirmar que:

Nos nebulosos lugares de fronteira que são “a noite” e “a rua”, as travestis que se prostituem negociam formas de se fazerem visíveis, possíveis e respeitáveis. Quando os programas de prevenção as interpelam nesses ambientes, mais um dos tantos paradoxos que cercam suas vidas aparece: o que se oferece a elas como direito civil e humano virá estreitamente ligado à AIDS, mantendo-as como pessoas associadas à patologia e ao desvio. E mais, essa interpelação acaba por exigir que as travestis abdicuem de construir uma cultura própria, passando a se orientar por valores que lhes são alheios (Pelúcio, 2011, p.82).

Numa busca eloquente por práticas de cidadanias relacionadas às mulheres trans com HIV/AIDS, Pelúcio (2011) acredita que o processo de inclusão é inverso e refere-se a uma alusão sobre os impactos da doença à vidas das pessoas trans. Assim, entende que a

SIDA nização(3) das mulheres trans está relacionada à mudança de comportamento sexual pelo viés da heteronormatividade, desconsiderando situações de vulnerabilidades que acometem estas pessoas. Ainda que estas questões se tornem mais fortes que o processo de escuta dessa população, a autora enfatiza a importância de se oferecer uma atenção mais voltada para o modo como esta população encara os processos de tratamento e se eles têm sido eficazes.

Aprofundando a leitura sobre o modo como estas questões se apresentam, hoje observamos que, desde o século passado, a tendência é a intensificação das práticas de saúde que atuam paralelamente a modelos de atenção que patologizam e preveem a correção de comportamento sexuais dissidentes da norma hétero. Por conta disso, a criação de novos espaços de atenção à saúde se faz necessário a partir de discursos dos sujeitos. No entanto, tais modelos de atenção, segundo Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009), carregam ações de redução de danos, prevenção e curativos que causam a repatologização de sexualidades dissidentes; no caso de nosso, estudo as mulheres trans. Configuraram-se, nesse sentido, identidades epidemiológicas que permitem enunciar uma série de discursos que regulam comportamentos sexuais e sociais das pessoas.

O autor e a autora tratam de refletir sobre a constituição de identidades sexuais vigiadas sob o dispositivo de correção, controle e vigilância. É neste sentido que os olhares para os aspectos históricos que trouxeram o pânico da contaminação se fazem presentes nos discursos de prevenção e redução de danos da doença. Pelúcio e Miskolci (2009), ainda, concebem a cultura como fator determinante para que estes e outros discursos sobre a AIDS tornam identidades sociais de LGBT + estigmatizadas como as mais propícias a se infectar com a doença, ou até mesmo disseminá-la. Nas palavras de Pelúcio e Miskolci (2009):

A repatologização da homossexualidade em termos epidemiológicos mantém-se dentro de um imaginário biopolítico da coletividade sob ameaça. Fantasma de impureza em que repugnância e desejo se associam na reiteração da norma heterossexual por meios sanitários (Pelúcio; Miskolci, 2009, p. 137).

O discurso de prevenção se construiu à guisa da exclusão de pessoas LGBT+ das práticas de atenção médicas baseadas em um corpus de cunho moralista fundante em experiências de abjeção. Esse mesmo discurso utiliza-se de formas de moldar os corpos abjetos para contenção de práticas homoeróticas, fazendo com os sujeitos também introjetem formas de preconceito, fazendo-os inventar uma subjetividade falha e imoral. Notoriamente, a AIDS em experiência trans assume um caráter de irresponsabilidade consigo mesma e com os outros, o que leva o autor e a autora a acreditar que:

Para as travestis, a AIDS tem sido termo de acusação e, como tal, é atribuída para sujar, comprometer, desvalorizar a/o acusada/o. Pode ser também experimentada como culpa ou consequência de uma vida desregrada, marcada por uma sexualidade exacerbada e pelo rompimento das normas. Ainda que haja entre elas uma visão que tenda a endemizar a AIDS como própria das travestilidades, não há passividade diante desta acusação (Pelúcio; Miskolci, 2009, p. 145).

Os estudos de Larissa Pelúcio e Richard Miskolci (2009; 2011) apontam para uma pressão vivida pelas travestis acerca do modo como se relacionam com as políticas de prevenção da AIDS na saúde. Mapeadas por uma subjetividade que se constrói abjeta, elas convivem com a pressão cotidiana que suas identidades trazem como ameaça à norma,

porém são muito procuradas por diversos vetores sociais para satisfação de fantasias e prazeres sexuais, o que as tornam reféns de práticas sanitaristas. Esses diferentes fatores tornam as mulheres vulneráveis diante da vida, trazendo situações impossíveis de serem superadas sozinhas, o que necessita da atenção de diferentes áreas para oferecer o respaldo de que precisam e a superação dos vícios de pressões sociais.

Da apresentação discutida, vimos que as pesquisas no campo da AIDS que têm as mulheres trans como enfoque, assim como nos estudos de vulnerabilidades discutidas por áreas como a saúde pública, nos conferem um olhar para além das práticas de atenção na saúde física e a possibilidade de entender que não é somente com a contenção de suas sexualidades que se assegura o êxito necessário para o combate à doença. Com a ideia de oportunizar uma discussão mais voltada para entender como o Serviço Social pesquisa sobre questões LGBTQ+ e AIDS, passaremos a focar em como os estudos na área caracterizam a questão da AIDS, ressaltando a correlação com a diversidade sexual.

Estado da arte das pesquisas em Serviço Social com enfoque de questões LGBTQ+

Reunimos um conjunto de textos contidos em reflexões na área do Serviço Social para encontrar os lugares e os significados das produções de dissertações e teses, promovidos por pesquisadores/as nos processos de investigação de demandas relacionadas às necessidades de pessoas LGBTQ+. Trata-se de assuntos pertinentes localizados em diferentes instituições que fomentam investimento em pesquisas na área do Serviço Social com o enfoque direcionado às mulheres trans. Nosso ponto de partida é a compreensão de que, mesmo considerando a existência de documentos produzidos e de eventos que discutam a temática, o desafio maior corresponde à transformação de práticas planejadas para redefinir o modo como estas pessoas são atendidas, ampliadas ao longo dos últimos, em efetivas políticas que causem movimentos importantes no âmbito dos espaços complexos de vulnerabilidades com que as mulheres trans convivem.

Em termos gerais, apresentamos uma discussão cujo caminho formou um mapa por meio da pesquisa do Estado da Arte em quatro instituições que mantêm registros *on-line* sobre Dissertações e Teses. Pesquisamos junto aos programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social nas modalidades de Mestrado e Doutorado, em instituições renomadas e com história de formação científica de Pesquisadores/as é o caso da Universidade Estadual de Londrina (UEL), com início em 2001; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com início em 1996 e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com início em 2001. Ao pensar que poderíamos não encontrar estudos nestas três plataformas, adicionamos o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBCT), que, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BTDT), pode retornar buscas significativas em outros programas de Pós-graduação que não os supracitados, tanto de instituições públicas como privadas.

Para ter um mapa destas pesquisas, utilizamos a combinação de três palavras-chave:



diversidade sexual, serviço social e travestis. Essa caracterização nos proporcionou ter conhecimento da produção dessas instituições, bem como uma análise crítica de tais estudos, concentrados no intervalo de 2008 a 2016.

O retorno que tivemos do Estado da Arte trouxe poucas produções acadêmicas voltadas para as relações entre Serviço Social e questões LGBTQ+. Isso se evidencia no mapa elaborado com sete produções, no total de seis dissertações e uma tese. Abaixo,

tabulamos (**tabela 1**) os principais estudos encontrados, sendo uma produção da UEL e seis do IBCT, distribuídos em instituições como: a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo e Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nos programas de mestrado e doutorado da UNESP e UFSC, não encontramos estudo algum direcionado ao assunto pesquisado.

Tabela 1: Estado da Arte do Serviço Social e questões das Trans

UEL			
Título	Autor/a	Ano	Grau
Diversidade Sexual no Sistema Prisional: um olhar sobre o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual a partir da Penitenciária “Wellington Rodrigues Segura” em Presidente Prudente/SP	Silvia Helena Manfrin	2013	Dissertação UEL
IBCT			
Vidas e corpos em trânsito: tráfico de travestis e transexuais brasileiras com a finalidade de exploração sexual no contexto da crise do capital	Kleber Mascarenhas Navas	2016	Tese PUC SP
Meu corpo, um campo de batalha: a inserção precária de travestis no mundo do trabalho em tempos de crise do capital	Tibério Lima Oliveira	2016	Dissertação UFRN
Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere	Guilherme Gomes Ferreira	2014	Dissertação PUC RS
Travestilidades: trajetórias de vida, lutas e resistências como construção de sociabilidade	Kleber Mascarenhas Navas	2011	Dissertação PUC SP
Transcendendo o ideário do arco-íris: da invisibilidade à efetivação de direitos	Marcos Valdir Silva	2009	Dissertação PUC SP
Assistente Social, para quê e para quem? Uma análise acerca das populações LGBT no âmbito do CREAS, do município de João Pessoa/PB	Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro	2014	Dissertação UFRN

FONTE: elaboração dos autores, 2019.

O mapa elaborado confirma a insuficiência de estudos no âmbito do Serviço Social que reúnam condições teórico-práticas de aprofundamento da área no que se refere às sexualidades e identidades de gênero. Evidenciamos que, no âmbito dos cursos de pós-graduação de instituições privadas, o avanço das pesquisas em Serviço Social sobre as questões LGBT+ se ampliou desproporcionalmente em relação às instituições públicas.

No cerne da tensão acadêmica que avaliamos, as pesquisas em Serviço Social têm se preocupado com a objetificação capital dos corpos trans, a anulação intensa de suas vidas e corpos nas relações que elas têm com as redes institucionais que dominam estatutos de verdades e modos de condutas sociais. Diferentes problemas foram enfoque das pesquisas: as prisões, o modelo econômico brasileiro e a condição depreciada que as situa

em locais marginais e vulneráveis de existência. Questionar como estes espaços institucionais atuam nos processos de atenção da demanda de pessoas trans é necessário para construir locais culturais que demarcam e que asseguram dar relevo a assuntos pertinentes para a formação/constituição da identidade social dessas pessoas. É possível pensar, mesmo de forma limitada, que caminhar pelos espaços de silenciamento de pessoas nos traz a ideia de que é necessário divulgar as reivindicações que esses grupos criam a partir do contato com suas experiências e sensações.

Com o enfoque nos títulos e na leitura dos resumos, confirmamos a preocupação da área do Serviço Social com o modo que essas pessoas sofrem com (des)acessos ou objetificação. Formalizamos a preocupação que tem orientado as poucas pesquisas encontradas, evidentemente pela análise do levantamento inicial que possibilitou caracterizar a temática, trazendo à tona as concepções de sexualidade, gênero e identidade que pairam no universo teórico; como as travestis são tratadas pelas instituições pesquisadas; como se organizam os espaços institucionais para atendê-las.

No contexto analítico das pesquisas, notamos diferentes objetos: tráfico para prostituição; convivência nas penitenciárias de Presidente Prudente/SP e Porto Alegre/RS; experiências de vida; participação da categoria profissional no reconhecimento dos direitos de pessoas LGBT+ e a atenção específica de proteção ofertada pelos CREAS e, por fim, o movimento LGBT brasileiro e os avanços no reconhecimento de suas lutas. Ao indagar as concepções que atravessam as nuances das pesquisas em Serviço Social, visamos explorar o tratamento dado às mulheres trans. Apesar de seis das oito pesquisas centrarem a discussão no que se refere às mulheres trans e as outras duas, nos espaços de atenção ofertado à população LGBT em geral, foi preocupante o tratamento dado a elas em uma das pesquisas, na qual a autora caracteriza as travestis e transexuais, como sendo do gênero masculino.

Analisar o modo como as pesquisas caracterizam gênero e sexualidade nos oferece condições de compreender quais fundamentações orientam suas análises. É claro que os/as autores/as utilizam de referenciais teóricos no âmbito dos estudos de identidade de gênero e sexualidades para construir as bases de suas discussões, porém também entrecruzaram tais estudos com os do Serviço Social. Conhecida assim esta relação, foi possível destacar no âmbito dos estudos de gênero e sexualidades: Berenice Bento (2006), Daniel Borrillo (2010), Larissa Pelúcio (2009), Marcos Benedetti (2006), Richard Miskolci (2009) e William Peres (2009). São autores/as cujas perspectivas se pluralizam e não utilizam de uma única verdade teórica para embasarem suas pesquisas. Entendem gênero e sexualidade como práticas sociais construídas nas relações entre pessoas e sociedade. Sinteticamente, com Berenice Bento (2010, p. 3) exploramos parte do que divulgam tais autores/as:

O sexo anatômico não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática, mas o qualificador para o corpo adentrar à categoria de humano. Os atos que fazem os corpos sexuais também são experiências compartilhadas pelas significações culturais. Não existe corpo livre de investimentos discursivos, *in natura*. A primeira intervenção que construiu o corpo-sexuado e amarrou o destino desse corpo à genitália, não é a única. As cirurgias simbólicas subsequentes terão como objetivo controlar e produzir a “sexualidade normal” em corpos-sexuados generificados dicotomicamente. Estas cirurgias ficarão a cargo das instituições (Bento, 2010, p. 3).

A análise da autora exemplifica como as pesquisas se têm organizado para se filiar a uma ideia de sexo, gênero e sexualidade. Bento (2010) acredita que os corpos se inserem em práticas discursivas reguladas e dominadas por instituições sociais que têm o poder de

definir corpos normais e anormais. Afirma ainda que a existência de experiências dissidentes da norma hétero oferecem condições de entender a impossibilidade de estabilizar corpos, identidades e práticas: “As experiências de trânsitos entre os gêneros (transexualidades, travestilidades, cross dressers, drag queens, drag kings), ou os gêneros dissidentes, demonstram que não somos predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas” (Bento, 2010, p. 3).

Com a compreensão que Bento (2010) aciona para entender a dinâmica conceitual do gênero e da sexualidade, outras possibilidades teóricas encontradas nos estudos voltam-se para o materialismo histórico-dialético que oportuniza reflexões no âmbito do Serviço Social brasileiro. Para entender a dinâmica das relações entre sujeito e a qualidade da oferta de cidadania dada pelo Estado, geralmente são acionados/as autores/as que entendem a produção desigual desta relação e que encontram seu fundamento principal em Karl Marx. Baseados nessa conjuntura de análise, é o que se propõem perspectivas no interior do Serviço Social, como os/as autores/as mais utilizados no mapa eleito expressam, tais como: Elaine Behring (2009), José Paulo Netto (2009), Maria Lúcia Barroco (2010), Maria Lúcia Martinelli (2008) e Marilda Iamamoto (2008).

As principais contribuições dos/das autores/as advêm das condições de reconhecimento do Serviço Social em face das expressões opressivas da questão social. Questionam as desigualdades e assimetrias consolidadas no âmbito da condição econômica mundial e suas refrações no cenário de sustentação da cidadania das pessoas e de seus grupos sociais. Oferecem o caráter de centralidade no trabalho como enfoque das relações de antagonismo entre classes, partem da premissa de que a questão social é resultante da tensão produzida nesta relação. Afirmando que a questão social se vincula à “expressão das desigualdades inerentes ao processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras e sua organização” (Iamamoto, 2008, p. 161).

Na relação entre identidades de gêneros dissidentes, ou seja, das trans, com questões sociais, as pesquisas asseguram evidenciar que as práticas/relações sociais estão cravejadas por discursos de ódio, nojo, repulsa ao modo como constroem suas identidades sociais, em qualquer espaço de análise. Situações que as tornam mais vulneráveis a eventos sociais degradantes que geram condições assimétricas e desiguais e as colocam como pertencentes a territórios marginais de existência. As trans utilizam desses territórios para consolidar uma identidade social fadada ao ostracismo social, à condição de invisível e anormal no contexto dos espaços que consolidam quem pode ou não ter/usufruir de bens e serviços criados pelo Estado. Logo, faz-se necessário uma profunda reflexão frente a essa temática.

Tal ação permite a compreensão da dinâmica histórica da sociedade baseada em relações de poder e de diferenciação que produzem no princípio do sexo as desigualdades, o reforço de assimetrias sociais que se materializam em opressão, dominação, exploração e imposição de poder. Essas relações de poder se concluem em ações que tendem a diminuir a figura feminina a condições de subalternidade e inferioridade. As consequências disso, segundo Silva (2016) é a situação de desumanidade:

O desamparo denuncia o primado pela heterossexualidade como princípio normativo de formação da identidade de sexo e de gênero convencionado pela educação oferecida pelas famílias. Assim, o ser social das travestis é constituído de condições de existência com precários acessos a bens materiais e possibilidades de sobrevivência, bem como a família como referência de apoio (Silva, 2016, p. 12).

O autor completa, ainda, que “a subversão que pessoas trans fazem da subjetivação normativa torna tensionadas as estruturas de poder” (Silva, 2016, p. 12). Oferecer condições de acesso significa aceitar a condição com que as mulheres trans se constroem enquanto identidades sociais. Significa reconhecer e permitir que outras pessoas também possam se construir assim. Isso poderia estar relacionado ao fato de que tendenciá-las ao desacesso seria uma estratégia de contenção? Por mais triste que seja aceitar a resposta para esta questão como afirmativa, podemos nos ater a produtos teóricos da área do Serviço Social que refletem uma luta histórica: a liberdade de expressão, independente de quaisquer marcas (culturais, sociais, regionais, cor, raça, gênero, etnia, entre outras).

Problematizamos este assunto na perspectiva ética, por exemplo. É sabido que o Código de Ética de Assistentes Sociais (Brasil, 2012) elenca como alguns de seus princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo, ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento em favor da equidade e justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade. Desse modo, a atuação do/da assistente social nesse cenário de escassez de políticas, de responsabilização da pessoa pelas adversidades e de agravamento das violências se torna ainda mais desafiadora quando se depara com questões aparentemente “novas”, que exigem do profissional uma frequente renovação do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e também técnico-operativo(4).

O acesso aos recursos sociais, que se concretizam por meio de políticas públicas, precisa efetivar-se com fundamento em novas formatações e relações discursivas para realizar um atendimento qualificado que leve em consideração a maneira como pessoas trans se identificam. Mesmo com as dificuldades impostas pelo convívio com regras heteronormativas, cabe destacar que os movimentos de ampliação dos direitos de cidadania trans foram e estão, marcadamente, instituídos no mundo e conseguem afirmar-se sob a luta por representatividade. No entanto, percebe-se que “os projetos de governo, as ações do poder público e também os profissionais à frente de sua execução pouco promovem a desconstrução do estigma, resistindo aos princípios do respeito à diversidade” (Silva, 2016, p. 12).

A diversidade sexual apresenta-se assim como uma dessas questões atuais, uma vez que a violência cometida contra a população LGBT se amplia, e mais que isso, se naturaliza. O/a profissional, nesse sentido, contribui não só na operacionalização das políticas públicas necessárias para o provimento dos direitos humanos dessas pessoas, como também para uma mudança paradigmática do ponto de vista filosófico, produzindo conhecimento sobre a cidadania de desta população e apoiando os movimentos que resistem às opressões. A postura em defesa da ampliação do direito de ser e estar é um valor associada à dinâmica da liberdade enquanto possibilidade de vazão de condutas extremamente conservadoras que se reatualizam no interior da profissão.

Local pesquisado

Para compreender o assunto, pesquisamos junto ao território da cidade de Três Lagoas/MS, unidades que atuam diretamente como a pauta de questões LGBT+. Nela, não há um Centro de Referência para atender especificamente demandas de pessoas LGBT+. Existe uma organização da sociedade civil (OSC) responsável por executar serviços de acolhimento, encaminhamento, prevenção e atendimento de situações relacionadas às demandas oriundas de questões de gênero e sexualidade, a Associação Três-Lagoense de Gays, Lésbicas e Travestis (ATGLT), fundada em 2004.

Da equipe que compõe a unidade, foram indicados pela gestão à época catorze profissionais distribuídos em atividades de diretoria, coordenação e equipe executora. Segundo a Gestão da Unidade, as ações desenvolvidas têm como foco prioritário grupos LGBT+, porém não deixam de atuar nos casos que envolvem pessoas não LGBTs. A equipe conta com profissionais de diferentes formações acadêmicas: Serviço Social, Administração, Pedagogia, Contabilidade e História, o que favorece atuação multi/interdisciplinar. A presente organização não recebe nenhuma forma de intervenção pública para injeção de recursos, mas realiza atividades solidárias em prol de grupos LGBT+ e atua com ações de mobilização, prevenção e atenção.

Ao abordar os representantes desta unidade, percebemos que os movimentos sociais adquirem força no âmbito da arena de políticas públicas e sociais, porém aqueles que se vinculam a questões com que a sociedade pouco se importa acabam por sofrer com a impossibilidade de conseguirem manter-se com recursos próprios - é o caso da unidade pesquisada. O que verificamos no contato com a Unidade relacionou-se ao modo como a população trans se insere no atendimento quando a problemática se amplia para a questão da convivência com HIV/AIDS. Além desta proposta, também nos guiamos para compreender como esta OSC se relaciona com os espaços de deliberação e participação em prol da ampliação dos direitos de pessoas trans que convivem com a doença.

Movimento de in/visibilidades e ampliação de possibilidades: (in)conclusões

Aplicamos um questionário à Gestão da OSC com pontos centrais que nos ajudassem a obter um escopo sobre: a) como lidam com a doença as mulheres trans; b) processos de trabalho e fomento de parcerias e c) participação da OSC em atividades de tomada de decisão nas políticas públicas, contribuindo para uma análise acerca das condições de atenção ofertada para mulheres trans.

No primeiro ponto de discussão, temos a questão da dificuldade de aceitação familiar da identidade de gênero feminina de mulheres trans. Segundo a Gestão da OSC (2016), as mulheres trans sofrem, muito cedo, com a exclusão da família como se representasse um castigo por terem subvertido a heterossexualidade e a masculinidade. Com isso, citam, quando o assunto é entender a trajetória de vida de mulheres trans, que muitas situações de vulnerabilidade se potencializam porque as famílias que poderiam representar um apoio não o fazem, acontecendo a ruptura de vínculos familiares e o afastamento do lar. A rejeição é ainda mais forte quando envolve a doença.

A ATGLT assinala que os direitos das trans são violados no interior das famílias: o direito à convivência familiar e comunitária, o que, combinado com o sofrimento da anormalidade de seu gênero dissidente, aprofunda a exclusão. Silva (2016, p. 15) afirma que a exclusão acontece porque os/as responsáveis familiares projetam formas de sociabilidades para as crianças, seja menino ou menina. Torna-se impossível aceitar quando a criança não respeita esta projeção familiar. Assim, o autor reforça que, por terem que deixar seus núcleos familiares na maioria das vezes ainda na adolescência (quando não são aceitas pela família), ou por evadirem dos ambientes escolares (por situações de preconceito e discriminação cotidianas que lhes dificultam a continuidade na formação escolar e, ainda, fomentam a impossibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho), acabam por recorrer à prostituição como instrumento de geração de renda. Desse modo, “muitas delas experimentam, desde cedo, situações de descaso, rejeição e desrespeito, uma vez que resistem à fixação de identidades normativas” (Silva, 2016, p. 15).

Correlacionando os itens a) e b) de análise, a ATGLT oferece grupos reflexivos de discussão e de apoio, campanhas de prevenção a riscos e situações de vulnerabilidades que

mais acometem este público, como também promove a articulação com outros serviços oficiais da rede de políticas públicas municipais. Assim caracteriza os seus processos de trabalho e fomento de parcerias:

Desenvolvemos campanhas de prevenção e tratamento de DST e HIV/AIDS, parcerias com os serviços intersetoriais da rede pública, promovendo diversas atividades, tais como: oficinas e palestras de orientações sobre direitos, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, diálogo aberto sobre o tema de diversidade sexual e preconceitos, e ações de redução aos danos relacionados pelo uso de álcool e drogas e demais outras situações potencializadoras de risco (Gestão OSC, 2016).

Apesar da amplitude de ações oferecidas para esse público, a unidade nota a dificuldade de participação das mulheres trans. Acrescentam a isso as dificuldades de inclusão que esse público passa em diferentes setores do cotidiano de suas vidas, o que faz com que elas se sintam desconectadas de espaços que possam ofertar-lhes serviços de qualidade. Entendem, sim, que existe um grupo significativo de mulheres trans com HIV/AIDS no município, porém elas não são participantes ativas das ações; assim, enfatizam que “por conta das mais variadas violências que vivenciam, as mulheres trans e inclusive, as que convivem com a soropositividade do município, optam por não realizarem tratamento e ou recorrerem à rede pública de saúde” (Gestão OSC, 2016). Logo, os dados que a unidade detém são escassos, sendo conhecidas apenas duas pessoas nessas condições.

Em geral, as pessoas que apresentam sintomas relacionados à doença hesitam em procurar os serviços de diagnóstico e tratamento (Sabatine, 2012). Quando nos voltamos às mulheres trans, é possível perceber esta resistência de maneira ampliada. Nesse sentido, Thiago Sabatine (2012) afirma que o grupo de travestis e transexuais não se sente acolhido para procurar espontaneamente os serviços devido à dificuldade de serem aceitas, ou melhor, de se sentirem pertencentes à normalidade. Nesses termos, o autor enfatiza, que:

[...] com poucas exceções, como aquelas que estabeleceram relações de confiança e reciprocidade com as equipes das unidades e postos de saúde de suas vizinhanças, raramente procuram o atendimento médico seja para a prevenção através de exames de rotina, seja para a recuperação da saúde (Sabatine, 2012, p. 38).

Com isso, o acesso dessas pessoas aos bens e serviços da sociedade torna-se precário, dificultando um trabalho de mobilização dessa população em campanhas de prevenção a riscos de violência, de doença e de vulnerabilidade social. Vale ponderar que queremos visualizar as OSC como unidades de apoio, uma vez que a maioria das mulheres trans experimentam a exclusão em suas famílias em diferentes espaços. Desse modo, visualizamos no espaço da ATGLT que “a construção dos vínculos de apoio oportuniza que as travestis tenham um espaço de segurança e acolhimento que não foram experimentadas em suas famílias de origem” (Silva, 2016, p. 17). Observamos, também, nas sensações da OSC que as trans deixam de revelar sua condição soropositiva na tentativa de salvaguardar sua identidade, mesmo que para a unidade, já que muitas delas, por conta do não acesso ao mercado de trabalho, têm como única forma de renda a prostituição. Podemos dizer que a vergonha é uma sensação que as persegue e funciona como um dispositivo de contenção de suas ações. Ou se é plenamente homem, ou se é plenamente mulher. Ter um órgão genital

de macho e uma aparência feminina intensifica cobranças que são geridas por pressões sociais, mas oferecem a elas a ilusão de serem produtoras dessas sensações de autointolerância e aceitação. A unidade da ATGLT oportuniza produzir visibilidade dessas mulheres para que elas não passem despercebidas nos locais de encontro com o poder.

Complementa a unidade que as mulheres trans representam um grupo fortalecido nos espaços de prostituição, o que as levam a criar grupos que disputam territórios de trabalho: “Não é cada uma por si, elas se formam em grupos e, às vezes uma delas comanda a rede de prostituição ou até mesmo outra pessoa fora do seu grupo em troca de casa e comida que acabam passando por exploração sexual” (Gestão OSC, 2016). Encontramos nessas explicações da OSC as impossibilidades de desenvolvimento de um trabalho adequado com as mulheres trans, obviamente porque a necessidade de sobrevivência não deixa tempo para que possam participar de atividades políticas e formativas do empoderamento. Ainda assim, acreditamos, porém, na possibilidade de explorar o próprio espaço da prostituição como um foco dos processos de trabalho direcionados a elas, considerando o seu ambiente cotidiano de formação identitária profissional. São recursos que merecem atenção, uma vez que não precisamos de um local adequado da instituição para produzir a atenção que elas demandam.

Nos meandros do desenvolvimento das parcerias, a articulação com a rede de serviços, segundo a OSC, ainda é limitada. Conforme a unidade, as parcerias com instituições como Assistência Social, Saúde e Previdência ainda não é fortalecida. Decorre disso “o fato de que muitos profissionais não sabem lidar com demandas LGBT+, não se envolvem com elas e tampouco conseguem construir um diálogo que rende” (Gestão OSC, 2016). Convidados para proferir palestras sobre direitos, saúde e convívio familiar e comunitário, quando o/a palestrante não compartilha de questões vinculadas ao grupo LGBT+, os “profissionais se sentem desqualificados para lidar com o assunto, ou quando aceitam tratar de situações como famílias, relações sociais, direitos nas políticas públicas, o fazem orientando-se por padrões de pessoas que não estão nas linhas de marginalidade” (Gestão OSC, 2016). A Gestão da OSC relata que seus/suas profissionais não encontram tal dificuldade em unidades oficiais que atuam diretamente com a saúde sexual, como é o caso dos profissionais do DST/AIDS, que é uma unidade oficial de saúde do município que trata de prevenção, tratamento e fortalecimento de pessoas com DST/AIDS. Entretanto, não queremos que a causa de pessoas LGBT+ seja vinculada apenas aos aspectos de doenças sexuais, seria uma reatualização da patologização de sexualidades dissidentes (Pelúcio; Miskolci, 2009). Nesta dimensão, Larissa Pelúcio (2011, p. 83) considera que, para criar e atender tais demandas, é preciso que os sistemas oficiais de políticas públicas escutem as demandas oriundas desta população e a partir daí, “entender o fenômeno da travestilidade”.

A unidade coloca como meta a inclusão da população LGBT+ no âmbito das discussões sociais mais amplas, principalmente em espaços deliberativos, uma vez que acredita que, buscando essas pessoas nos seus espaços de sociabilidade, o vínculo entre unidade e sujeitos pode ser mais fortalecido e humanizado. Assumem essa ideia como pauta de trabalho para os próximos anos de atuação, principalmente porque o pequeno público que têm geralmente é convocado a estar nas reuniões. Mudando o modo de atuarem pode ser que consigam atingir os pressupostos que tanto projetam empoderamento das pessoas LGBT+. Isso nos leva a problematizar o último ponto de análise, c): segundo Alessandro Silva e Renato Barboza (2005), a população de mulheres trans não têm consciência de participação política porque cotidianamente se coloca numa postura de vítimas, bem como tem, de modo bastante intenso, uma cultura de participação fragilizada.

Elas não participam, segundo os autores, porque a crença em mudanças significativas em suas vidas não faz parte da sensação de pertencimento que empregam nos

espaços de participação. Para ser mais direto, acreditam que a importância que mulheres trans dão à participação social e política é vinculada à não aposta em mudanças sociais significativas, assim

[...] a consolidação de uma consciência revolucionária exercitada por meio de uma atuação reivindicatória baseada em causas e necessidades coletivas, entre essa população é extremamente frágil. Se é verdade que elas sofrem muito com atos preconceituosos vindos da sociedade civil e dos aparatos governamentais como, por exemplo, a polícia, também é verdade que o discurso dominante e preconceituoso está fortemente internalizado por grande parte delas, o que dificulta a transformação desta realidade (Silva; Barboza, 2005, p. 43).

Diante disso, a unidade encontra entraves para a promoção da participação política das mulheres trans. Reconhece, porém, suas falhas e põe-se na condição de propor mudanças futuras para tal, principalmente porque os componentes da Diretoria, Coordenação e Execução da Unidade participam e são profissionais de espaços de formação nas três esferas de governo, mas não conseguem agregar os/as cidadãos a esses espaços. A justificativa reside no fato de que os/as componentes da OSC acreditam que a luta pela sobrevivência nos espaços marginais que as trans estão (pontos de prostituição) assume espaço significativo em suas agendas de vida. No entanto, não deixa de ser um problema, uma vez que têm noção disso e se colocam na oportunidade de criar estratégias para ir ao encontro delas nos locais de suas convivências.

O modo como as questões LGBT+, especialmente de mulheres trans, têm sido movimentadas no interior dos serviços e projetos de diferentes políticas públicas municipais ainda são parques para promover visibilidade e ampliar acessos a bens e serviços. O Serviço Social tem pautas de trabalho comprometidas com a defesa intransigente das demandas oriundas de públicos atingidos por assimetrias e desigualdades sociais. Frente a isso, visualizamos um terreno repleto de pautas de trabalho social que enfrenta desafios para propor avanços significativos na vida destas pessoas em diferentes políticas sociais (Educação, Previdência social, Direitos Humanos etc.). Assumem compromissos sociais com a vida, justiça e equidade de pessoas fadadas ao estado de desassistência e invisibilidade.

Observamos que se encontra, no interior da profissão de Assistente Social, um espaço de difusão dos interesses de pessoas LGBT+, com a participação em movimentos que ampliam possibilidades de atenção diversa para uma esta população fadada ao ostracismo social e, por outro lado, também na busca por rupturas com o pensamento conservador que tende a torná-la invisível e apenas parte dos espaços marginais de coexistência. A defesa pela vida, existência e o direito a ser e estar diferente impõe à profissão novas pautas de trabalho que combinam enfrentamento e impotência na busca por um mundo melhor, onde as pessoas possam dar vida ao que pretendem ser, ao direito de ter um conjunto de possibilidades mais inclusivas.

Novas identidades e novos sujeitos sociais causam deslocamentos significativos no âmbito da prática profissional, trazem para o interior da profissão diferentes contestações próprias da situação de exclusão que experienciam. O olhar investigativo da profissão para as demandas destes grupos permite-nos construir formas específicas de atenção que consigam atingir protagonismos sociais adequados; porém é preciso que as identidades sociais LGBT+ sejam reconhecidas no contexto de sociabilidade e não desqualificadas como anormais. São questões que merecem destaque pela profissão em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Referências

- Barroco, M. L. (2010). *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Behring, E. (2009). Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: ABPESS.
- Benedetti, M. R. (2006). *(Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil*. In: CÁCERES, C. et al (Orgs.) *Sexualidad, Estigma y Derechos Humanos: Desafíos para el Acceso a la Salud en América Latina*. Lima: UPCH, p. 145-166.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. (2010) *As tecnologias que fazem o gênero*. In: VII Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, Curitiba: UFPR. Disponível em: << http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf>>. Acessado em: 12 Dez 2016.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um conceito*. Belo Horizonte: Autentica.
- Brasil. (2012). Código de ética do/a Assistente Social. 10ª ed. CFESS: Brasília. Disponível em: << http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>>. Acessado em: 15 Dez 2016.
- Brasil.(1999). *Política Nacional de DST/AIDS: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_17.pdf>>. Acessado em: 22 Dez 2016.
- Ferreira, N. S. de A. (2002) As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 79, Ago. Disponível em: <<www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acessado em: 21 de Dez 2016.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gil, A. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa?* 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Iamamoto, Marilda. (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2008). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.
- Lewgoy, A. M. B. (2009). *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. São Paulo: Cortez.
- Martinelli, M. L. (2008). *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Netto, J. P. (2009). Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. *Serviço Social: direitos e competências profissionais*. Brasília: ABPESS.
- Parker, R. Camargo, Arker, R; Camargo JR., K. R.(2000). Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro; v. 16. p. 89-102. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v16s1/2215.pdf>>. Acessado em: 18 Dez 2016.
- Pelúcio, L. (2011). Marcadores sociais das diferenças nas experiências de travestis de enfrentamento à AIDS. *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.1, p.76-85. Acessado em:

<<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/879/S0104-12902011000100010.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>>. Acessado em: 22 de Dez 2017.

Pelúcio, L; Miskolci, R. (2009). A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Revista Latinoamericana*. n.1. Disponível em: <<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293322961007>>>. Acessado em: 18 Fev 2016.

Peres, W. S. (2009). Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: Junqueira, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD. p. 235-264.

Pinto, A. C. S., et al. (2007). Compreensão da pandemia da aids nos últimos 25 anos. *DST Doenças Sex Transm*. Ceará; v.19, n. 1. p. 45-50. Disponível em <<<http://www.dst.uff.br/revista19-1-2007/7.pdf>>>. Acessado em: 18 Ago 2016.

Sabatine, T. T. (2012). *Travestis, territórios e prevenção de AIDS numa cidade do interior de São Paulo*. 209 f. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88804>. Acessado em 16 Jan 2016.

Silva, F. G. O. (2016) da. Confluências entre famílias, cidadania e sexualidade de filhas travestis. *Revista Publicatio de Ciências Sociais*. Ponta Grossa, n.24. Jan/Abril. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/8426>>. Acessado: 18 Fev 2016.

Silva, A. S. da; Barboza, R. (2005). Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de Travestis. *Athenea Digital*. V. 27, n. 8. Out. p. 27-49 Disponível em: <<<https://ddd.uab.cat/pub/athdig/15788946n8/15788946n8a2.pdf>>>. Acessado em: 12 Dez 2017.

Silva, F. G. O. da; Maio, E. R. (2017). Vai ter estudantes trans nas escolas, sim! Mas primeiro, vamos desconstruir o normativo. *Revista Textura*, v. 19, n. 39, jan/abril, p. 179-200. Disponível em: <www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2077>. Acessado em: 18 Fev 2017.

Sousa, P. J; Ferreira, L. O. C; Sá, J. B. (2012). *Estudo descritivo da homofobia e vulnerabilidade ao HIV/AIDS das travestis da Região Metropolitana do Recife*, Brasil. Pernambuco. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n8/08.pdf>. Acessado em 23 de mar de 2016.

Notas:

1. Segundo Marilda Iamamoto (1998, p. 27), o conceito de questão social vincula-se “ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.
2. Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1988) entende a sexualidade como um dispositivo histórico que se desencadeia por meio de estratégias de saber e poder que agem na estimulação de corpos, intensificação de prazeres, incitação ao discurso que forma conhecimento e reforça o controle de normas e resistências.
3. Na obra *História da sexualidade: a vontade de saber*, Foucault (1988) entende a sexualidade como um dispositivo histórico que se desencadeia por meio de estratégias de saber e poder que agem na estimulação de corpos, intensificação de

prazeres, incitação ao discurso que forma conhecimento e reforça o controle de normas e resistências.

4. Segundo Alzira Lewgoy (2009), as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas são elementos constitutivos da competência profissional comprometida com a transformação social no interior da profissão.

Citação/Citation: Silva, R. V. I.; Silva, F. G. O. (2022) O debate da Aids e das trans no Serviço Social. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XIV, no. 1.), pp. 123-141.